



Mulheres aderentes ao tratamento da FO no hospital distrital de Mocuba

TRATAMENTO DA FÍSTULA OBSTÉTRICA NO DISTRITO DE MOCUBA: AMUDHF LIDERA MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Contexto

Moçambique está entre os países com alta taxa de mortalidade materna no mundo, chegando a um rácio de 452 por 100000 nascimentos, segundo o Censo 2017. Este número está directamente associado às desigualdades de género que afectam directamente a saúde das mulheres e raparigas.

Perto de 46% de raparigas estão grávidas prematuramente, o que concorre para aumentar a vulnerabilidade para ocorrência da fístula obstétrica que afecta anualmente cerca de 2000 a 2500 mulheres no nosso país.

Vale lembrar que entre as jovens de 15-19 anos, uma em quatro mortes (24%) é atribuída a causa materna e esta proporção diminui para 16% em mulheres de 25-29 anos e para 8% em mulheres de 45 a 49 anos.

Se por um lado, tem-se o problema da fístula obstétrica, por outro lado, a saúde das mulheres é ameaçada pela feminização do HIV/SIDA que afecta mulheres mais jovens, na faixa etária de 15- 24 anos, onde a taxa de prevalência situa-se em 11 % de mulheres, comparada com 3,7 % de homens.

É neste contexto que o Fórum Mulher, em parceria com o Núcleo das Associações femininas da Zambézia, Nafeza, iniciou em 2012, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), o programa de formação de activistas para mapeamento e encaminhamento de mulheres que contraíram fístula obstétrica.

Tratamento da fístula Obstétrica no distrito de Mocuba: AMUDHF lidera mobilização comunitária



Albertina Luís, coordenadora da AMUDHF

Mulheres e adolescentes moçambicanas ainda sofrem de problemas de fístula obstétrica, um pesadelo que para além de submeter a vítima ao estigma, pode levar a mesma à morte, como consequência de lesões graves entre a bexiga e a vagina e/ou entre o reto e a vagina. A fístula obstétrica é causada por um parto demorado, obstruído e sem assistência médica.

A Associação da Mulher para Defesa dos Direitos Humanos e Combate à Fístula Obstétrica (AMUDHF) é membro do Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA) e esta é, por sua vez, membro do Fórum Mulher.

Após mais de 7 anos de processos formativos e advocacia com o apoio do Fórum Mulher, a AMUDHF e o NAFEZA fortaleceram a sua estrutura de actuação através da advocacia, mobilização comunitária para enfrentar os determinantes sociais e culturais que geram vulnerabilidades para a ocorrência da fístula obstétrica.

AMUDHF e NAFEZA estão a desenvolver campanhas de mobilização e sensibilização das comunidades para aderirem ao tratamento da fístula obstétrica, na província da Zambézia, especificamente nos distritos de Derre, Lugela, Mocuba, Namarroi, Ile, Mulevala, Mocubela, Nicoadala, e Maganja da Costa.

O programa inclui a formação de activistas de Género, Saúde Sexual e Reprodutiva, Direitos Sexuais e Reprodutivos, mobilização comunitária, disseminação de informação sobre os programas de tratamento da fístula obstétrica, identificação e mobilização de mulheres com fístula e o seu encaminhamento às unidades sanitárias para o devido tratamento.

Albertina Luís, coordenadora da AMUDHF, entrou no mundo do activismo em 1997, através da Associação Amudza, Associação das Mulheres Domésticas da Zambézia e desde então nunca mais parou.

Enquanto colaborava com Amudza recebeu um convite para participar de uma formação do Fórum Mulher. Albertina decidiu usar o conhecimento que adquiriu nessa e noutras formações para gerar mudanças na sua comunidade e ajudar outras mulheres. “O grande fruto dessas formações é a Associação de Mulheres para Promoção de Direitos Humanos e Combate à Fístula, AMUDHF”, disse.

A coordenadora fez saber que outro resultado destas campanhas e formações, iniciadas em 2013, reflecte-se no número de mulheres que beneficiaram do tratamento da fístula. Um total de 797 mulheres e raparigas foram diagnosticadas fístula obstétrica, na província da Zambézia, até Julho de 2020, sendo que 546 foram tratadas. “O projecto começou em 2011, mas só vimos o primeiro impacto do nosso trabalho em 2013, depois que o Fórum Mulher, com o auxílio da Saúde, formou as primeiras activistas”, conta.

No mesmo ano, 2013, foram sensibilizadas e mobilizadas para as unidades sanitárias 22 mulheres, das quais 20 foram operadas a fístula com sucesso, enquanto que as outras 02 ainda estão em tratamento.

Albertina Luís assegurou que em Setembro de 2020, iniciou o tratamento de 8 mulheres, de uma lista de 75 pacientes com fístula complicada que aguardavam pela cirurgia. “As cirurgias iniciaram no dia 15 de Setembro e serão contempladas 8 mulheres por semana”, disse Albertina, explicando que a operação de uma fístula complicada leva 4 a 8 horas de tempo.

A coordenadora acredita na erradicação da fístula obstétrica nos distritos onde o programa está inserido, uma vez que as comunidades já têm o conhecimento sobre as causas da doença e da cura. “Quando iniciamos o trabalho encontramos muitas mulheres com fístula, na sua maioria em estado grave, isoladas, abandonadas pelos parceiros e discriminadas pelas famílias”.

Albertina Luís explicou que as idades das pacientes variam de 13 a 59 anos de idade. “Encontramos raparigas de apenas 13 a 15 anos de idade padecendo de fístula, como consequência de uniões forçadas que culminam em partos prematuros ou não assistidos”, partilha.

Depois do tratamento, as activistas dão segmento com as pacientes até a sua total inserção no ambiente familiar, porque muitas sofriam estigma e rejeição. Disse que por essa razão, as campanhas de sensibilização incluem os homens para que estes aprendam sobre os cuidados a terem com suas parceiras ou alguém da família com a doença.

“Por conta da discriminação, já encontramos mulheres atiradas no chão, cobertas de saco de sisal, a cheirarem mal, algumas com vermes, por causa das queimaduras”, relata.

As histórias vividas por activistas são várias e tristes, mas, porque se comprometeram a ajudar a salvar vidas das mulheres não vergam. “Já encontramos mulheres escondidas atrás das palhotas, enquanto o resto da família está num ambiente alegre como se nada estivesse a acontecer. Também já vimos mulheres a proibirem outra com fístula de tirar água no poço, alegadamente porque cheira mal. Esta mesma mulher é proibida de tomar banho no rio”, lamenta a coordenadora.

Comunidades com novas atitudes



Paciente com fístula

Graças ao trabalho das activistas, as comunidades estão a mudar de atitude em relação a pacientes com fístulas. Antes, as famílias associavam esta doença ao feitiço ou acusavam as pacientes de terem se envolvidas com muitos homens.

“Olhamos para trás com muito orgulho porque conseguimos fazer chegar a mensagem às comunidades e conseguimos também levar muitas mulheres ao tratamento”, afirma Albertina que reconhece que a formação realizada pelo Fórum Mulher, despertou a consciência da sociedade sobre este mal”.

No entanto, Albertina acredita na erradicação da doença, mas é de opinião que para isso, será necessário melhorar o trabalho do Sistema Nacional de Saúde Materna, dos Centros de Saúde e dos hospitais periféricos, para que as mulheres voltem a acreditar neles. “Nas nossas acções, sensibilizamos as mulheres grávidas a irem às consultas pré-natais e, para aquelas que vivem longe das unidades sanitárias aconselhamos que devem saber com antecedência se o hospital tem condições para atender partos complicados ou se tem “casas de mãe espera”.

Perfil das mulheres com fístula

- 01• Vivem no meio rural, longe de unidades de saúde;
- 02• Têm menos de trinta anos;
- 03• Casam-se e engravidam muito cedo;
- 04• Têm baixa escolaridade;
- 05• Desconhecem os métodos de prevenção de gravidez;
- 06• Têm muitos filhos (em Moçambique a taxa média de fecundidade é de 5.2 filhos por cada mulher);
- 07• São tímidas, tristes e discriminadas pelas comunidades;
- 08• São excluídas das relações familiares e não tem poder de decisão nos assuntos da família;
- 09• São maioritariamente abandonadas pelos parceiros assim como pela família;
- 10• Tem a saúde frágil e delibitada.

Reduz-se o tabu e discriminação a volta de pacientes com fístula obstétrica



Cândida Quintano - Directora Executiva do Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA)

A Directora Executiva do Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA), Cândida Quintano, deu a conhecer que as questões de género, aliadas à incidência de uniões forçadas, à pobreza e ao difícil acesso às unidades sanitárias, são factores agravantes para a ocorrência da fístula obstétrica no país e em particular na província da Zambézia.

A fístula ocorre em grandes proporções nas regiões onde o índice de uniões forçadas e gravidezes precoces é maior, o fenómeno apresenta índices elevados nas regiões centro e norte do país, com uma taxa de uniões prematuras de 47% em raparigas com menos de 18 anos e 17% em raparigas com menos de 15 anos de idade.

O Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA), com sede na Cidade de Quelimane, membro do Fórum Mulher, em acção conjunta com a Associação da Mulher para Defesa dos Direitos Humanos e Combate à Fístula Obstétrica (AMUDHF), procura sem medir esforços, contrariar este quadro, através de desenvolvimento de acções para a identificação, mobilização e encaminhamento das mulheres com fístula para as unidades sanitárias, e a respectiva reintegração sócio-económica, após cura da doença.

Cândida Quintano explicou que o trabalho da organização foi reforçado pelas formações e capacitações sobre

saúde sexual e reprodutiva das mulheres promovidas pelo Fórum Mulher, com particular atenção para a fístula, em coordenação com o sector da Saúde.

Disse que a formação capacitou os activistas que passaram a organizar debates radiofónicos a nível das comunidades para consciencializar as mulheres com fístula a aderirem ao tratamento.

Apesar dos tabus que continuam presentes à volta desta doença, Cândida garantiu que os resultados são visíveis, porque o número de mulheres que são identificadas e encaminhadas ao hospital tem vindo a crescer.

Segundo Quintano os conhecimentos que possuem lhes permitem salvar vidas e devolver a dignidade da mulher. “Encontramos estas mulheres muito desgastadas, e mesmo depois do tratamento continuam fragilizadas pois não acreditam mais no futuro e, nós como ativistas procuramos mostrar a elas que ainda podem realizar os seus sonhos”, conta.

Entretanto, o distrito de Mocuba para além de ter o privilégio de realizar o tratamento da fístula (cirurgia), é também palco das actividades do NAFEZA, no âmbito do combate à fístula obstétrica.

O NAFEZA foi fundado em 1997 e luta para a reversão da situação de vida desfavorável da maioria das mulheres, frente as desigualdades de género. Actualmente, a organização possui cerca de 63 Associações membros instaladas na província da Zambézia que desenvolvem as mais diversas actividades em áreas como a Educação, Agricultura, Pecuária, HIV e SIDA, Género, Violência baseada no género, Meio ambiente sustentável, Artesanato, Comunicação social e Advocacia pelos Direitos Humanos, particularmente da Mulher.



Activistas do NAFEZA

Adelina usa sua história para libertar outras mulheres de fístula obstétrica.

Adelina Mocuba é uma jovem residente na comunidade de Migão, no distrito de Lugela, casou-se aos 18 anos de idade e logo depois teve o seu primeiro filho. Como a maioria das mulheres residentes nas zonas rurais, onde a distância para aceder a uma unidade sanitária ainda é um desafio, por isso, Adelina fez o parto em casa e tudo correu bem.

Passados 5 anos, ela voltou a engravidar e novamente teve o parto em casa. “Às vezes não é uma escolha ter o parto em casa, para o meu caso e de outras mulheres há falta de transporte para nos levar ao hospital naquela hora que começam as dores, mas também eu não tinha com quem deixar o meu filho para poder esperar o dia do parto na “casa de mãe espera”, disse a jovem esclarecendo que a única opção que encontrou na altura, foi contactar as matronas para ajudarem do trabalho de parto.

Mas desta vez a sorte não esteve presente. Adelina suportou 2 dias de trabalho de parto doloroso e porque já não aguentava mais, na noite do segundo dia pediu para que fosse encaminhada para o hospital que dista 3 horas de tempo de bicicleta, único meio de transporte disponível. A viagem durou 3 horas de tempo, mas Adelina foi atendida e teve um parto normal.

Porém, uma semana depois percebeu que estava a urinar de forma descontrolada, o que significava que os dias de trabalho de parto prolongado com as matronas tinham originado uma fístula obstétrica, mas Adelina não tinha noção de que se tratava de um pesadelo que iria mudar a sua vida.

“Tudo mudou, perdi amigas e as colegas da escola começaram a isolar-me, incluindo alguns familiares que manifestavam comportamentos de total discriminação. Mesmo com o apoio do meu parceiro e das minhas irmãs, não consegui concluir a 12ª classe, porque ninguém queria partilhar carteira comigo e muito menos me dirigir a palavra. Por onde andasse na escola ouvia colegas de outras turmas a dizer que é aquela moça que sai chichi e cheira mal. Foi muito desolador para mim”, conta.

A jovem conta ainda que 2 dias depois de ter começado a perder a urina de forma descontrolada, retornou ao hospital, mas foi receitada apenas comprimidos, só que a doença não passava, altura em que a depressão tomava conta dela, aliada ao medo de perder o seu parceiro.

No mesmo ano em que contraiu a fístula, Adelina tomou conhecimento da possibilidade de cura, através da tia que havia acompanhado um programa sobre a fístula na Rádio, a partir de Mocuba. “Para além do programa, a minha tia ouviu activistas do NAFEZA a darem palestras sobre a fístula na vila de Lugela, aproximou e contou para elas o que se estava a passar comigo. Naquele mesmo instante, vieram para casa com a tia, pediram falar com o meu parceiro e de seguida levaram-me para o hospital de Mocuba, onde é tratada a fístula”, explica Adelina.

A jovem fez todas as consultas com o acompanhamento das activistas, mas quando o médico explicou-lhe que o tratamento passava por uma cirurgia, não teve coragem e preferiu continuar com o sofrimento. “Mas 2 anos depois, em 2017, quando senti o peso da discriminação, estigmatização e isolamento, procurei novamente as activistas do NAFEZA que me levaram para hospital e no mesmo ano fui submetida à cirurgia e já estou bem”, relata.

“Já mobilizei três mulheres para o hospital”

Depois da reparação da fístula, Adelina escolheu a forma mais preciosa para agradecer o apoio que recebeu das activistas do NAFEZA, juntando-se ao grupo para sensibilizar e encaminhar mulheres com fístula para o hospital. “Uso a minha experiência quando falo com as mulheres e por essa via já consegui levar 3 para o hospital, das quais duas já foram tratadas”, disse.

Para realizar o activismo, Adelina passou por uma formação dada pelos membros do NAFEZA em coordenação com a Saúde. “Sensibilizo homens, mulheres e jovens nas ruas, nos mercados, nas residências, nas escolas e nas igrejas”.

Nas palestras, Adelina aconselha toda a mulher a priorizar o parto institucional, mas sobretudo a fazer todas as consultas pré-natais e aquelas que residem longe do hospital, são aconselhadas a programarem-se para esperar

ar os dias do parto na “casa de mãe espera” que se localiza junto à maternidade.

Adelina explica que o encontro com o NAFEZA foi a melhor coisa que lhe aconteceu na vida e de outras mulheres que hoje estão livres da fístula obstétrica na província da Zambézia.

O NAFEZA dedica-se a acabar com o sofrimento causado pela lesão de parto, a fístula obstétrica. Esta organização acredita que é possível livrar as mulheres do sofrimento, da vergonha e do isolamento causados pela doença.

Abraçou o activismo depois de curar a fístula



Beatriz Sebastião

Enquanto muitas pacientes de fístula obstétrica vivem o drama de isolamento, estigma, rejeição pelos seus familiares e parceiros, Beatriz Sebastião, residente em Mocuba, considera-se uma mulher abençoada, porque contou sempre com o apoio do seu companheiro em todos os momentos que esteve apoquentada pela doença, dando-lhe força para vencer o mal.

Livre da fístula, Beatriz mostra-se satisfeita pela forma como a sua vida mudou depois do tratamento. É que há muito que Beatriz tinha perdido a esperança de alguma vez pôr fim ao seu sofrimento. Havia procurado tratamento em todos os lugares, incluindo igrejas e curandeiros. A jovem, de 23 anos de idade, contraiu a doença no seu segundo parto, quando tinha apenas 13 anos de idade, como relata, abaixo:

“Engravidiei pela primeira vez quando tinha 11 anos de idade, mas devido a complicações do parto o bebé saiu sem vida. Na segunda gravidez já tinha 13 anos de idade, mas, mais uma vez perdi o bebé e contrai a fístula”, lameta.

Ainda no hospital, enquanto se recuperava das dores do parto e da perda do bebé pela segunda vez, Beatriz percebeu que estava a tirar urina descontroladamente, mas não tinha ideia de que os dias de trabalho de parto obstruído tinham originado em si, uma fístula.

Angustiada e ferida, Beatriz voltou para casa do seu parceiro, mas a sua preocupação e perguntas não encontravam resposta. A sua inquietação sobre aquela situação aumentavam à medida que a sua fístula a impedia de conviver com os amigos ou de participar em eventos públicos ou familiares. Ela temia que nunca mais iria melhorar da doença e que nunca mais voltaria a ter filhos.

Beatriz Sebastião explicou que por falta de informação viveu seis anos com a fístula, até que um conhecido que tinha acompanhado um programa na Rádio sobre a cura da fístula, partilhou essa informação com ela. E contou que para tal bastava dirigir-se ao hospital, na cidade de Mocuba ou contactar as estruturas locais que iam ajudar a encaminhar para o atendimento. “O irmão da igreja havia acompanhado um programa na Rádio, sobre a fístula, orientado por activistas da Associação Moçambicana de Direitos Humanos e Combate à Fístula (AMUDHF), formados pelo Fórum Mulher sobre a matéria”, conta.

No dia seguinte, Beatriz procurou as activistas e contou a sua história, e de imediato levaram-na para o hospital. Sempre com o acompanhamento das activistas, a jovem seguiu todos os passos necessários para o tratamento que terminou com sucesso em 2016. “Estou feliz e muito aliviada ao mesmo tempo, porque foram muitos anos de sofrimento”, reconhece.

Beatriz Sebastião, ainda tem várias preocupações sobre o seu futuro, dentre elas como concretizar o sonho de ser mãe e de continuar com os estudos, mas a incontidência urinária já não é uma barreira para viver sua vida.

A jovem disse que mesmo perturbada com a doença, nunca parou de ir a escola, mas confessa que passou muita humilhação. “Perdi amigas porque ninguém suportava o meu cheiro, embora procurasse lavar-me e trocar os pensos constantemente”, disse a jovem que conseguiu terminar a 12ª classe nesse ambiente hostil.

Beatriz faz parte do grupo de activistas da AMUDHF e não mede esforços para sensibilizar e encaminhar as vítimas da fístula ao hospital para a correcção. “Foi uma formação bastante importante, na qual aprendi sobre os direitos sexuais e reprodutivos, incluindo as causas da fístula e a cura”, conta.

Graças à formação, Beatriz mobiliza outras mulheres para garantir a educação de suas filhas e evitar uniões prematuras e gravidez precoce, principais motivos da fístula obstétrica.

Como resultado do seu activismo, Beatriz já identificou e encaminhou mais de 10 mulheres com fístula obstétrica ao hospital, para o tratamento. “A minha missão depois do tratamento e formação é ajudar a combater a fístula e a discriminação que as pacientes ainda sofrem, realizando palestras para mostrar as comunidades que existe cura para esta doença”, finalizou a mulher.

As fístulas têm como consequência o risco de vida, normalmente, a criança não sobrevive e a mulher desenvolve incontinência urinária crónica. Não puder controlar a saída da urina e (ou) fezes e o mau cheiro é humilhante e as mulheres nessa condição são normalmente abandonadas ou discriminadas pelos parceiros, família e condenadas pela comunidade.



FICHA TÉCNICA

Título: Suplemento Informativo **Propriedade:** Fórum mulher-Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento **Edição:** nº 2 **Revisão Linguística:** Ezra Nhampoca
Direção Executiva: Nzira de Deus **Direção de Programas:** Maira Domingos **Administração e Finanças:** Leonilde Lumbela **Coordenação editorial:** Aída Nhavoto, Joana Macie
Colaboradores: Ercília Manhique, Graça Julio, Julia Mpfumo, Catarina Magaia, Sheila Mandlate, Assunção Siteo, Lidia Mambo, Arcelio Sebastião
Florinda Bila, Milagre Chambe, Pinto Camanguira, Amâncio Mucavele
Rua Vila Namuali, nº 246, R/C C.P 3632 MAPUTO Tel./ Fax: 258 21414037/258823113920 | Data: Setembro 2020

